



A-N-T-I

ALIANSA NASIONÁL TIMOR-LESTE BA TRIBUNÁL INTERNASIONÁL

Sekretáriadu Temporáriu: La'ó Hamutuk,
Institutu Timor-Leste ba Analiza no Monitorizasaun ba Dezenvolvimentu
Rua dos Martires da Patria, Bebora, Dili, Timor-Leste
P.O. Box 340, Dili, Timor-Leste
Tel: +670-3321040 or +67077289241 or 77367518 / 77179655
e-mail: lanarra.del@gmail.com or atino@laohamutuk.org
Website: www.laohamutuk.org or www.jsmp.tl or www.haktl.org

Declaração conjunta

Comemoração do Massacre de Santa Cruz, 12 de Novembro 1991-2013

Verdade e Justiça são os fundamentos para o desenvolvimento da Democracia em Timor-Leste

Hoje, o povo de Timor-Leste comemora o 22^o aniversário do Massacre de Santa Cruz, um momento crucial para o sucesso da sua luta pela independência. Foi neste dia que a comunidade internacional despertou para a crueldade da ocupação militar de Timor-Leste pela Indonésia e para a cultura de impunidade que se lhe seguiu. Durante o massacre de 1991, os soldados Indonésios dispararam brutalmente contra os jovens que, pacificamente, depositavam flores na sepultura de Sebastião Gomes, no cemitério de Santa Cruz.

Esta cruel acção do exército Indonésio desafiou os direitos humanos e as leis humanitárias. Porque os militares Indonésios sistematicamente massacraram civis, em todo o território de Timor-Leste, incluindo o funesto massacre de Santa Cruz. O Governo da Indonésia tentou, sempre, ocultar estes horrendos crimes contra a humanidade, mas o massacre de Santa Cruz expôs a brutalidade do exército Indonésio, aos olhos do mundo.

Depois do massacre muitos corpos foram descartados em sepulturas desconhecidas e muitas pessoas foram capturadas e nunca mais vistas, desde então.

Desde a independência, Timor-Leste e a Indonésia têm vindo a demonstrar a sua vontade política dando prioridade ao fortalecimento das relações bilaterais, mas pondo de parte os assuntos da Justiça e, em particular, os graves crimes do passado. Em 2005, esta orientação é confirmada, pelo abraço do actual Primeiro Ministro, Xanana Gusmão, ao conhecido criminoso Wiranto, em Bali, Indonésia e, mais tarde, reforçada quando o antigo Primeiro Ministro Mari Alkatiri, abraçou um outro reconhecido criminoso, Prabowo, em Jakarta, no princípio deste ano. Apesar disto, o Estado e o Povo de Timor-Leste ainda não conseguiram convencer esses criminosos a identificarem os lugares onde esconderam os despojos das pessoas que eles massacraram; nem tão pouco os perpetradores assumiram as suas responsabilidades.

Alguns dos graves crimes que os militares Indonésios cometeram, durante os 24 anos da ocupação de Timor-Leste, foram levados perante a justiça, como foi o caso da “UN Special Panels for Serious Crimes” em Dili e do “Ad-Hoc Human Rights Tribunal” em Jakarta. Contudo, estes processos falharam na responsabilização dos criminosos Indonésios e a ANTI considera-os como uma fachada, usada pelo Governo da Indonésia, para fingir estar interessada na resolução dos crimes passados quando, na realidade, o que pretende é varrê-los para debaixo do tapete.

Sobreviventes e activistas dos direitos humanos, de Timor-Leste e de outras nações, continuam a exigir o julgamento dos criminosos, num tribunal internacional, uma vez que as consequências da impunidade são visíveis, tanto na Indonésia como em Timor-Leste. Os soldados Indonésios continuam a cometer crimes semelhantes, na West Papua e em outros lugares, e é frequente as pessoas “desaparecerem”. Os perpetradores militares não receiam a responsabilidade criminal; na verdade são promovidos a elevadas posições. Em Timor-Leste, os nossos líderes só fazem o que os homens importantes querem e não o que a lei manda.

Considerados os factos e as preocupações acima mencionadas, a ANTI, por ocasião do aniversário do massacre de Santa Cruz, declara o seguinte:

1. Com voz clamorosa a ANTI continua a exigir que a comunidade internacional não abandone a sua responsabilidade na prossecução dos graves crimes cometidos pelo exército Indonésio, durante o tempo da ocupação ilegal, porque os impactos desta impunidade continuam a ensombrar os povos da Indonésia e de Timor.
2. A ANTI apela à comunidade internacional para que ajude os povos da Indonésia e de Timor-Leste, na criação de um mecanismo de justiça credível para que se possa acabar com a actual cultura de impunidade.
3. A ANTI apela a nações como os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a França e a Austrália, que apoiaram o regime de Soeharto e a ocupação ilegal de Timor-Leste de 1975 a 1999, para que através dos programas de doadores seja dada prioridade às vítimas e às suas famílias, como uma categoria especial que necessita de todo o apoio e que merece partilhar dos benefícios do desenvolvimento de Timor-Leste.
4. A ANTI também exige que as corporações e agências internacionais, que beneficiaram da venda de armas à Indonésia, durante a ocupação de Timor-Leste, em particular aquelas que providenciaram materiais que foram usados em Timor-Leste, providenciem compensações através dos fundos humanitários para reparação das vítimas de violações dos direitos humanos.
5. A ANTI exige que todos os Estados Membros, das Nações Unidas, recusem vistos aos actuais e antigos oficiais Indonésios, cujos nomes estão mencionados no relatório CHEGA, pelos crimes cometidos ou pela responsabilidade do mando desses crimes. Exigimos, também, que sejam sancionados, impedindo-lhes o acesso às suas contas bancárias, até que fique provada a sua credibilidade e inocência. É, para nós, muito preocupante que o criminoso Wiranto tenha a liberdade de circular e viajar para outras nações, inclusive de falar num seminário na China, tal como aconteceu no princípio de 2013.

6. A ANTI exige que o Estado de Timor-Leste rectifique a Convenção Internacional para a protecção das pessoas vítimas de desaparecimento forçado, por acreditar que Timor-Leste e a Indonésia podem usar este mecanismo para procurarem as pessoas desaparecidas durante a guerra, incluindo os muitos civis por cuja morte, durante o massacre de Santa Cruz, em 1991, o exército da Indonésia é acusado.
7. A ANTI roga, também, às instituições do Estado de Timor-Leste, e em particular à Secretaria de Estados dos Assuntos dos Veteranos e ao Ministério da Solidariedade Social, que apoiem as famílias que procuram os despojos dos seus entes queridos, para que os possam sepultar num local apropriado, como nos Ossários que o estado de Timor-Leste já tem preparados.

Para terminar, a ANTI, também, reivindica junto de todas as instituições (religiosas, organizações sem fins lucrativos e à comunidade em geral) que coordenem esforços na criação de um movimento para a busca de todos os desaparecidos, com o fim de fazer compreender ao Governo e à Assembleia Nacional, que este problema, absolutamente fundamental, continua a ser uma preocupação das famílias e que viola o seu direito à verdade. Pois, apenas assim conseguiremos alcançar a paz e a reconciliação para o presente e para o futuro.

Longa Vida ao Espírito de 12 Novembro 1991
Longa Vida ao Tribunal Internacional
Longa Vida à Justiça

Dili, 12 Novembru 2013

São Membro da ANTI:

1. Asosiasun Vítima Konflitu Polítiku 74-99
2. Asosiasaun HAK
3. Komité 12 de Novembru
4. Judicial System Monitoring Program
5. *Asosiasaun Chega ba Ita*
6. AJAR Timor-Leste
7. Sekretáriadu FONGTIL
8. Lao Hamutuk
9. Luta Hamutuk
10. Organizaçaun Popular da Vítima da Guerra
11. FTM Forum Tau Matan
12. KSI Kdadalak Soru mutuk Institute
13. FOKUPERS
14. KBH Knua Buka Hatene
15. Judicial System Monitoring Program (JSMP)
16. CDI (Community Development Interest)
17. Frente Mahasiswa Timor-Leste (FMTL)
18. Instituto Edukasaun Popular (IEP)
19. Klibur Solidariedade
20. Mata Dalan Institutu (MDI)
21. Ita ba Paz